

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Departamento de Ciências da Informação
Curso de Arquivologia

BIANCA CELISTRE

ANÁLISE COMPARATIVA DE TERMOS ARQUIVÍSTICOS
EM LÍNGUA PORTUGUESA.

PORTO ALEGRE
2015

BIANCA CELISTRE

ANÁLISE COMPARATIVA DE TERMOS ARQUIVÍSTICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA.

Trabalho de Conclusão de Curso, realizado no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a. Ana Regina Berwanger

PORTO ALEGRE
2015

CIP - Catalogação na Publicação

CELISTRE, BIANCA
ANÁLISE COMPARATIVA DE TERMOS ARQUIVÍSTICOS EM
LÍNGUA PORTUGUESA / BIANCA CELISTRE. -- 2015.
56 f.

Orientadora: ANA REGINA BERWANGER.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. TERMOS. 2. TERMINOLOGIA. 3. SEMÂNTICA. 4.
VOCABULÁRIO. I. BERWANGER, ANA REGINA, orient. II.
Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família. Foram eles que tornaram este sonho possível. Foi o amor da minha querida mãe, Soraya Sant 'Anna Celistre, que me guiou durante todo o caminho e me conduziu à vitória. Foi no seio familiar que encontrei forças para ir até o fim. E não foram raras às vezes em que pensei em desistir... Mas, sim, foi no âmago da família que encontrei a força para permanecer e a vontade de continuar.

Através dos olhos dos meus entes queridos enxerguei coragem em meu coração. Minha família possibilitou os meus estudos e a realização deste trabalho, logo é a ela que dedico esta obra, uma vez que foi ela, a MINHA FAMÍLIA, a minha maior fonte de inspiração!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que tive durante o curso, em especial a minha Professora Orientadora, Ana Regina Berwanger, que além de uma excelente profissional da área de Arquivologia, também se mostrou uma Professora fantástica, sempre disposta a ensinar e sempre pronta a aprender. Uma amiga, uma companheira de estudos que sempre se prontificou a sanar quaisquer dúvidas que viessem a aparecer no desenvolvimento deste trabalho, Ana Regina Berwanger, foi uma peça fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também a Comissão de Graduação do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo seu excelente trabalho.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Análise Comparativa de Termos Arquivísticos em Língua Portuguesa**, elaborado por Bianca Celistre como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Banca Examinadora:

Professora Ana Regina Berwanger- DCI/FABICO/UFRGS

Professor Jorge Eduardo Enriquez Vivar – DCI/FABICO/UFRGS

Professora Valéria Berttoti – DCI/FABICO/UFRGS

PORTO ALEGRE
2015

RESUMO

O presente trabalho trata das relações de significação entre os termos arquivísticos em língua portuguesa, bem como os problemas de significação existentes entre eles. Tem por objetivo esclarecer quais são os problemas de significação presentes na terminologia arquivística, elucidando essa situação a partir da seleção de termos que apresentem divergências terminológicas. Entende, também, que com o auxílio da Semântica é possível inferir tais divergências e, por isso, se vale desta enquanto subsídio para análise comparativa dos termos selecionados. Não obstante, utiliza como corpus para este trabalho quatro dicionários de terminologia arquivística em língua portuguesa a fim de coletar o material que se pretende analisar.

Palavras-Chave: Terminologia. Arquivologia. Significação. Semântica.

ABSTRACT

This paper deals with the significance of relations between the archival terms in Portuguese, as well as the significance of problems existing between them. Aims to clarify what the significance of problems present in archival terminology, clarifying the situation from the selection of terms that have terminological differences. Understand, too, that with the help of semantics is possible to infer such differences and therefore draws this as subsidy for comparative analysis of selected terms. However, used as corpus for this job four archival terminology dictionaries in English in order to collect the material to be analyzed.

Keywords: Terminology. Archival . Significance. Semantics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: MODELO DE VERBETE DO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA	23
FIGURA 2: RELAÇÕES SEMÂNTICAS	27
FIGURA 3: RELAÇÕES FONÉTICAS E GRÁFICAS	28
FIGURA 4 : DUPLICAÇÃO E REPRODUÇÃO	37
FIGURA 5 : IMPRESSÃO / GRAVAÇÃO / REPRODUÇÃO	38
FIGURA 6 : PROCESSO E DOSSIÊ	39
FIGURA 7: ANEXO E APENSO	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A ARQUIVOLOGIA	14
3. A TERMINOLOGIA	15
3.1. Terminologia e a Arquivologia	17
3.2 O Desenvolvimento da Terminologia Arquivística no Brasil	20
3.3 Dicionários de Terminologia Arquivística em Língua Portuguesa	21
4. SUBSÍDIOS PARA REALIZAÇÃO DA ANÁLISE	24
4.1. Controle Vocabular e Vocabulário Controlado	24
4.2. A Semântica	25
4.2.1. Relações Lexicais Básicas	27
5. ANÁLISE COMPARATIVA DOS TERMOS SELECIONADOS	33
5.1 Termos Seleccionados	33
5.2 A Análise dos Termos	34
5.2.1 Reprodução e Duplicação	35
5.2.2 Processo e Dossiê	38
5.2.3 Anexo e Apenso	40
5.4 Conclusões sobre a Análise	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
7. REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A – QUADRO DE SIGNIFICAÇÃO DOS TERMOS	49
APÊNDICE B – PROBLEMAS DE SIGNIFICAÇÃO ENTRE OS TERMOS	52
APÊNDICE C - GRÁFICO DE FREQUÊNCIA DAS RELAÇÕES SEMÂNTICAS EM RELAÇÃO AOS TERMOS ARQUIVÍSTICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA	53

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de analisar e comparar os termos arquivísticos emerge da necessidade de fortalecer a Arquivística e proporcionar-lhe maior credibilidade dentro ambiente acadêmico. Para consolidar a área de Arquivologia, as bases terminológicas são essenciais, uma vez que, um vocabulário especializado unívoco e de conhecimento geral possibilita compartilhamento, difusão e maior consistência às informações. “A ciência pede à linguagem clareza nas definições e univocidade nas denominações, e a língua portuguesa não pode deixar de ter a palavra nessa evolução”. (PEDROSA et al. 2005: 183).

Para veicular a informação é importante que exista um vocabulário próprio capaz dialogar entre si e construir conhecimento. Na prática, significa estabelecer uma linguagem especializada e, através desta linguagem, conquistar maior autonomia em relação às áreas que a Arquivologia ainda está atrelada, como a Biblioteconomia, por exemplo.

Michel Fox argumenta em favor da normalização arquivística ao escrever que “ela torna o nosso trabalho mais eficiente”. Segundo o autor, a normalização arquivística sana dúvidas específicas que aparecem cada vez que um arquivista se depara com um conjunto de documentos, além de agilizar o trabalho do profissional. Ainda consoante Fox: “A profissão e o pesquisador se beneficiam quando todos que realizam o importante trabalho do arquivista têm um domínio das normas práticas básicas e necessárias para se preservar com sucesso e tornar acessíveis os recursos que nos são confiados”.

A pesquisa que se pretende realizar busca selecionar termos arquivísticos em Língua Portuguesa que possuam divergências terminológicas a fim de analisá-los utilizando os princípios da Semântica. Para realização dessa análise serão extraídos termos de quatro Dicionários Arquivísticos em Língua Portuguesa. As significações atribuídas aos termos pelos dicionários escolhidos serão comparadas a fim de verificar as divergências terminológicas existentes. Serão

analisadas também as relações de significado entre os termos. Com isso objetiva-se uma análise aplicada ao vocabulário arquivístico no idioma lusófono, resultando, pois, no melhor entendimento de algumas das divergências terminológicas da área. A questão que norteia este estudo visa compreender quais são os problemas de significação presentes na terminologia arquivística em língua portuguesa.

Este trabalho tem como propósito elaborar um quadro comparativo de termos com divergências terminológicas a partir dos principais Dicionários de Arquivologia em Língua Portuguesa a fim de esclarecer os problemas de significação entre os termos selecionados. Para tanto, será necessário:

- a. Selecionar termos arquivísticos com divergências terminológicas;
- b. Estudar os quatro principais dicionários arquivísticos em língua portuguesa a fim de elaborar um quadro comparativo;
- c. Elaborar um quadro comparativo com os termos definidos;
- d. Analisar as diferenças e semelhanças entre os significados atribuídos aos termos.

Esta pesquisa é de natureza básica, ou seja, objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Arquivologia, mas sem aplicação prevista. Quanto à forma de abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois se preocupa com aspectos que não podem ser quantificados já que tem por intuito compreender e explicar as dinâmicas sociais, neste caso, em específico, abarca os problemas de significação dos termos arquivísticos em língua portuguesa. O pesquisador é um sujeito atuante durante a pesquisa e os resultados obtidos são imprevisíveis. Consoante os Métodos de Pesquisa da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

O método de abordagem é dedutivo, pois parte do geral para o particular, ou seja, conclui algo a partir de duas proposições tidas como verdadeiras chamadas premissas.

O protótipo do raciocínio dedutivo é o silogismo, que, a partir de duas proposições chamadas premissas, retira uma terceira chamada conclusão. Exemplo: Todo mamífero tem um coração. Ora, todos os cães são mamíferos. Logo, todos os cães têm um coração. No exemplo apresentado, as duas premissas são verdadeiras, portanto a conclusão é verdadeira.¹

Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que descreve os fenômenos de uma determinada realidade, neste caso a realidade Arquivística. A técnica a ser utilizada é a pesquisa bibliográfica, visto que presume um prévio levantamento de dados e informações sobre o assunto que se pretende discorrer.

Os quatro dicionários que serão utilizados para seleção dos termos serão:

1º - Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para formação de uma terminologia arquivística brasileira. Publicado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, UFBA, editado por Rolf Nagel, em 1989.

2º - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa, publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1990.

3º - Dicionário de Terminologia Arquivística elaborado por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloisa Liberali Bellotto, publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

¹ Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

4º - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística publicado pelo Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2005.

A partir dos termos extraídos dos dicionários arquivísticos já mencionados, este trabalho prosseguirá com a análise comparativa de termos alvos de divergências de significação. Subsidiando esta análise, está a Semântica, que possibilitará um melhor entendimento dos problemas de significação entre os termos.

2. A ARQUIVOLOGIA

Para iniciar o estudo sobre terminologia arquivística é importante, inicialmente, contextualizar o fazer arquivístico, características e finalidades. Sobre o assunto, Marilena Leite Paes, reitera o seguinte conceito proposto por Sólon Buck, ex-arquivista do EUA, sobre arquivos: “arquivo é o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e por seus sucessores para efeitos futuros”.²

Ainda sobre o tema, a autora define três características básicas que distinguem os arquivos: Exclusividade de criação e recepção por uma repartição firma ou instituição; Origem no curso de suas atividades; Caráter orgânico que liga o documento a outros do mesmo conjunto. Quanto a sua função, Paes, traz também à seguinte premissa da área: “A função básica do arquivo é tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda”.

De acordo com Bruno Delmas, em uma abordagem crítica, o autor destaca a ignorância das pessoas sobre os arquivos, bem como o freqüente descaso com o qual ainda são vistos por alguns. Argumenta, em contrapartida, explicando a crescente demanda de documentos: “Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem sua continuidade e estabeleçam

² **PAES, Marilena Leite.** Introdução ao estudo dos arquivos (origem, conceito, finalidade, função, classificação). In: _____. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. p. 19 – 23

relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos”. E a sua vital importância: “(...) produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada”.

Ainda consoante Delmas, a origem da profissão como Arquivista remonta desde os tempos mais remotos e destaca as diferentes funções e cargos que ocuparam na sociedade até, enfim, tomar as feições de arquivista como se conhece na atualidade. Ressalta que um dos grandes motivos para a confusão em relação à profissão é, justamente, as tantas denominações que já teve, bem como as diversificadas funções deste profissional. “Em alguns países essa divisão de tarefas deu origem a profissões distintas: o gestor de documentos presente nas repartições para gerir os arquivos correntes e intermediários e, o arquivista com a responsabilidade de reunir e conservar os arquivos definitivos”.

Para o autor, o Arquivista enquanto um profissional interdisciplinar apreende (apropria-se) de conhecimentos diversos, de vários campos do conhecimento, sendo necessário, conforme o autor, “desconstruir e reconstruir” estes saberes, uma vez que os livros, próprios de cada ciência, instruem um profissional específico de sua área. Este é um desafio ao profissional Arquivista, pois terá de adaptar esses conhecimentos as suas necessidades e a sua realidade reestruturando esses conhecimentos. Igualmente, deverá, enquanto arquivista valer-se não apenas das ciências de base, mas também evoluir juntamente com as novas ciências, engajando-se as novas tecnologias e suas possibilidades.

3. A TERMINOLOGIA

A Terminologia emerge de uma necessidade básica: a comunicação. Os cientistas dos séculos XVIII e XIX preocupavam-se com a propagação de termos que dificultavam o entendimento entre especialistas. O desenvolvimento científico e tecnológico resultou na criação de novos conceitos, novas áreas do saber e, por conseguinte, na criação de novos termos. Essa problemática se agrava nos dias atuais, uma vez que em decorrência da globalização surge um forte intercâmbio

de informações entre países diferentes, tornando-se imperiosa a compatibilização de termos entre as diversas línguas. Dessa forma, a Terminologia Clássica propunha uma solução ao propiciar uma comunicação entre os especialistas que se valeriam do mesmo signo lingüístico para transmitir suas descobertas em uma determinada área do conhecimento.

Em um breve histórico sobre a Terminologia destaca-se o seu surgimento com a Teoria Geral de Terminologia – TGT, fundada por 1931, quando Eugen Wüster publica, em Viena, a obra *“Die internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektronik”*. A partir de sua obra Teoria Geral da Terminologia, tinha o objetivo de eliminar as imprecisões da linguagem técnica e científica.

Um dos aspectos postulados pela TGT é a normalização dos termos, fixando o uso de um termo e descartando a utilização de outros para o mesmo conceito. Os defensores da TGT afirmam que a padronização do vocabulário técnico e científico contribui para univocidade da comunicação entre os especialistas de um domínio de conhecimento. VAN DER LAAN, Regina Helena.

Para os teóricos da TGT, a criação terminológica livre provocaria confusão, sendo necessário, portanto, a normalização dos termos. Nessa perspectiva, a Terminologia estuda o “estuda o significado de grupos de nomes, de objetos, agrupando-os e classificando-os em categorias, conforme seus significados. O terminólogo se interessaria pelos signos, pelos indicadores de conceitos.”

Ainda consoante a Teoria Geral da Terminologia, cabe destacar a definição de termo: “os termos são unidades de conhecimento criados com a finalidade de denominar conceitos de uma área específica, a Arquivologia. Conforme já referimos os termos são estabelecidos de acordo com o princípio de univocidade e caracterizados pela monorreferencialidade.” É importante salientar que para Wüster as Terminologias representam conceitos e não significados.

Mais adiante. Com Maria Tereza Cabré surge a Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT. Surge, pois, uma nova teoria sobre a Terminologia, ou seja, a Teoria Comunicativa da Terminologia. Em um de seus princípios observa-se a

diferença evidente entre a Teoria Geral da Terminologia e a Teoria Comunicativa da Terminologia: Enquanto para TGT não existe polissemia, uma vez que o termo é único e unívoco e os registros dos termos são aceitos com base na aprovação da comunidade científica, para TCT o termo é poliédrico, ou seja, pode ser visto do ponto de vista lingüístico, cognitivo ou social. Contrariando a TGT, não aceita a distinção entre termo e unidade lexical geral da língua (palavra), pois considera que os termos, sim, são unidades lingüísticas que exprimem conceitos, mas que também estão inseridos na linguagem natural com características próprias e semelhantes. Logo, Cabré, leva em consideração o caráter comunicativo da língua: “todo o processo comunicativo comporta variação, explicitadas sob mais de uma maneira de denominar um conceito (sinonímia) ou situações de polissemia.”

Em suma, a TCT reconhece as variações conceituais e denominativas da língua e leva em consideração a dimensão textual e discursiva dos termos. São os pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Comunicativa da Língua que imperam nos dias atuais.

3.1. Terminologia e a Arquivologia

O estudo terminológico adentrou as áreas especializadas e tornou-se motivo de discussão também na Arquivologia. De acordo com Bellotto (2007), “o termo é a palavra própria de certo registro de língua, campo do conhecimento ou atividade”. Trata-se, portanto, de um vocábulo especializado, próprio de uma determinada disciplina ou ciência.

Para formar um termo é necessário definir um conceito. O termo será então um “conceito representado por sua expressão verbal”. O conceito é abstrato e subjetivo, variando conforme o sujeito que o elabora, logo está ligado diretamente ao imaginário das pessoas, o que faz com que varie conforme a realidade de cada sociedade ou mesmo a interpretação de cada indivíduo e sua concepção de mundo.

Sobre o funcionamento da Terminologia, cabe citar Jean-Claude Boulanger, ao afirmar que a Terminologia segue a sequência [termo = denominação +

conceito], sendo análoga a seqüência saussuriana³ [signo = significado + significante]. Dessa forma fica evidente que a Terminologia está atrelada a Linguística, logo também atrelada às suas ramificações, tais como a Semântica que doravante será explorada.

A semântica se abre sobre dois elementos entre os mais cruciais da terminologia, a saber, a redação das definições – por meio do recorte conceptual e das classificações hierarquizadas – e os aspectos normativos ou a escolha de uma maneira de dizer selecionada prioritariamente em relação a outras possíveis, emprestadas, dispersas, ou até mesmo inexistentes, sobre uma graduação socioprofissional ou sobre várias. Ideal e teoricamente, deseja-se que, em terminologia, a um só conceito corresponda uma só denominação. BOULANGER, 1995

Na Arquivologia, assim como em outras áreas do conhecimento, o conceito também está condicionado ao contexto em que está inserido. Dessa maneira alguns termos apresentam conceitos diferentes, o que faz com que existam termos com múltiplos conceitos ou termos polissêmicos. Um exemplo claro de polissemia é o próprio conceito do termo Arquivo. Consoante o **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** – DBTA existem quatro acepções diferentes para o mesmo termo:

Arquivo: 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo. 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, processamento técnico, conservação e o acesso(1) a documentos. 3 Instalações onde funcionam arquivos (2). 4 Móvel destinado à guarda de documentos.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, dentre tantas outras obras que já surgiram no intuito de normalizar os termos utilizados na área ainda não dão conta das inúmeras imprecisões que certos termos apresentam, seja por um problema idiomático durante a tradução, seja pela questão semântica. Em todo campo do saber é necessário o mínimo de simetria, regularidade entre os termos

³ Ferdinand de Saussure, professor da Universidade de Genebra (1906 -1911), teve sua obra Curso de Linguística Geral, publicada postumamente pelos seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye, fundando a Linguística Moderna. Saussure caracterizou a linguagem como um sistema de signos.

utilizados, inclusive no que diz respeito aos procedimentos adotados no campo arquivístico.

Os estudos sobre terminologia e sobre arquivística são vastos. A grande missão é também fundi-los em apenas um estudo, visualizando a Arquivologia pelo viés da Terminologia, com o auxílio da Linguística. Mais que isso, vislumbrar as diferenças conceituais apresentadas pelos termos arquivísticos. Sobre Terminologia, Dias, nos diz:

Em um contexto mais genérico, a terminologia representa o conhecimento técnico-científico especializado de forma organizada, por meio de manuais e glossários, e unifica esse conhecimento sob a forma de normas e padrões. Sem a terminologia, os especialistas não conseguiriam se comunicar, repassar seus conhecimentos, nem tampouco representar esse conhecimento de forma organizada.⁴

Ainda, ao tratar de questões terminológicas, é possível discutir outros aspectos da Arquivologia, tais como a dificultosa ambigüidade dos termos e o como esta ambigüidade pode prejudicar os novos arquivistas que estão se familiarizando com a linguagem da área.

Conforme nos aponta Bellotto, uma terminologia pode sofrer graves danos se conviver com equívocos, polissemias e dubiedades. Desta forma, ao analisar e identificar um termo, bem como o seu campo de significação será possível acrescentar remissivas ou códigos que permitam a verificação de todos os significados atrelados a ele.

Ainda consoante Bellotto, a causa de tanta imprecisão está ligada ao fato de a terminologia arquivística brasileira ter herdado muitos termos de origem inglesa e francesa. O Dicionário de Terminologia Arquivística (ICA), publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos, busca através de traduções de equivalências para várias línguas, sendo sua edição original o inglês e o francês, uma terminologia para um entendimento conceitual entre todos os países.

A Semântica subsidiando a Arquivística ao possibilitar um melhor esclarecimento sobre os problemas de vocabulário recorrentes na Arquivologia

⁴ DIAS, Carlos Augusto. Terminologia: Conceitos e Aplicações. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000.

permite um controle vocabular mais eficiente. Estudando e pesquisando algumas das principais divergências terminológicas, se constituíra uma base sólida para um estudo terminológico avançado e um vocabulário técnico realmente próprio, autônomo e, possivelmente, consolidado.

Ao analisar um determinado termo dúbio, é possível identificar os problemas de significação que o permeiam, podendo ser o caso de polissemia, sinonímia, hiperonímia, etc. Esses são alguns exemplos dos fenômenos lingüísticos que devem ser considerados durante uma análise comparativa e que serão usadas durante este trabalho.

3.2 O Desenvolvimento da Terminologia Arquivística no Brasil

No Brasil, quando fundada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, desenvolveu-se um grupo de estudos dedicado à terminologia arquivística, composto pelos membros: Maria Luiza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes Costa e Souza, Wilma Schaefer Correa, Regina Alves Vieira e Marilena Leite Paes. Os resultados iniciais desse estudo foram apresentados no I Congresso Brasileiro de Arquivologia em 1972, constituindo um glossário com 132 termos. Em 1977 foi criado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros o Comitê de Terminologia Arquivística.

Unindo-se à Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística do Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação (CB-14) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o novo grupo iniciou um projeto de normalização da terminologia arquivística. Lançado em 1983, foi elaborado o primeiro estudo sistematizado sobre o assunto que gerou 60 termos e suas definições. Em 1986 esse trabalho foi transformado em norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): **NBR 9578 – ARQUIVO – TERMINOLOGIA.**

O primeiro dicionário de arquivologia elaborado no Brasil foi em 1989, ***Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira***, organizado pela Universidade Federal da Bahia, por Rolf Nagel, com 537 termos e suas definições. Em 1989 o Arquivo Público do Estado

de São Paulo divulgou uma ***Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística.***

Em 1990 foi publicado o **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa**, também pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Entre 1991 e 1992 foram realizados estudos com vistas a edição de um novo dicionário que reuniu 550 termos, o **Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira**, mas não foi impresso.

Em 1994 a versão de 1992 foi reduzida com vista a facilitar a discussão e compilação dos termos. Em 1996 se consolida uma nova versão do ***Dicionário*** sob a coordenação de Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto.

O atual dicionário, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005)**, publicado pelo Arquivo Nacional conta com 462 termos, levando em consideração os termos cunhados nos dicionários já supracitados, a evolução dos significados atribuídos a esses termos, bem como novos termos criados exclusivamente no Brasil.

3.3 Dicionários de Terminologia Arquivística em Língua Portuguesa

Com a publicação do **Dictionary Of Archival Terminology** pelo Conselho Internacional de Arquivos, a Associação Latino-Americana de Arquivos propôs duas traduções da obra, uma em espanhol e outra em português. A versão em português ficou sob a responsabilidade de Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Migueis. A versão foi entregue à comunidade arquivística em 1988 e, em função da nova edição do **Dictionary Of Archival Terminology** no mesmo ano, iniciaram novas discussões sobre o tema.

Em 1989 foi publicado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional o **Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para formação de uma terminologia arquivística brasileira**, publicado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, editado por Rolf Nagel. A obra surgiu da necessidade de registrar em conceitos precisos centenas de palavras já

incorporadas no cotidiano do profissional de Arquivo. O professor Doutor Rolf Nagel idealizou o dicionário como produto da disciplina Introdução à Arquivística do curso de pós-graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Bahia.

A metodologia utilizada consistiu em dividir os 34 alunos do curso em três equipes distintas relacionadas com as áreas de arquivo: Permanente, Intermediário e Corrente. As sessões de estudo foram desenvolvidas em grupos e subgrupos, atendendo à particularidade de cada termo. O plano básico tomou como instrumento orientador o **Dictionary Of Archival Terminology**, editado por Peter Wain, 2ª edição revista, editado em Munique, New York, Londres e Paris pela Sauer em 1988. Ateve-se também ao uso técnico-administrativo científico nacional e procurou-se utilizar o conceito estrangeiro apenas para adaptações e situações extremas. Consoante a Coordenadora do Curso de Especialização em Arquivologia na época, Maria José Rabello de Freitas, essa obra objetivou sempre a discussão acadêmica, uma vez que não é uniforme, no Brasil, o uso da terminologia arquivística.

Em 1990 é publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. Em 1996 é publicado também pela Associação dos Arquivistas Brasileiros o Dicionário de Terminologia Arquivística elaborado por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloisa Liberali Bellotto. Fruto do amadurecimento das obras anteriores, mais que uma simples tradução de verbetes, ele procurou adaptá-los a realidade brasileira, modificando o sentido de alguns vocábulos, incluindo outros e suprimindo aqueles que pareceram dispensáveis. Utilizaram a fórmula “termo equivalente” para indicar a correspondência de certos conceitos nas línguas estrangeiras. Procurou cobrir grandes conjuntos temáticos: teoria arquivística; princípios e funções; metodologia e tratamento documental; documento e análise documental; acesso, utilização e difusão; preservação – acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração; reprografia; e informática. Foram suprimidas as espécies documentais e tipos documentais. As autoras, Bellotto e Camargo, versam na apresentação do dicionário sobre a necessidade de uma terminologia precisa.

Em 2005, foi publicado pelo Arquivo Nacional o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Conta com 462 termos, levando em consideração os termos cunhados nos dicionários anteriores a ele, a evolução dos significados atribuídos a esses termos, bem como novos termos criados exclusivamente no Brasil. Decidiu-se por não reincorporar ao Dicionário os termos relativos a equipamentos e instrumentos da área. O método utilizado para construção do Dicionário foi o método comparativo e em seus termos e verbetes apresenta quatro elementos a serem considerados: Termo; Acepção (conceito); Termo que tem entrada; Equivalência Idiomática.

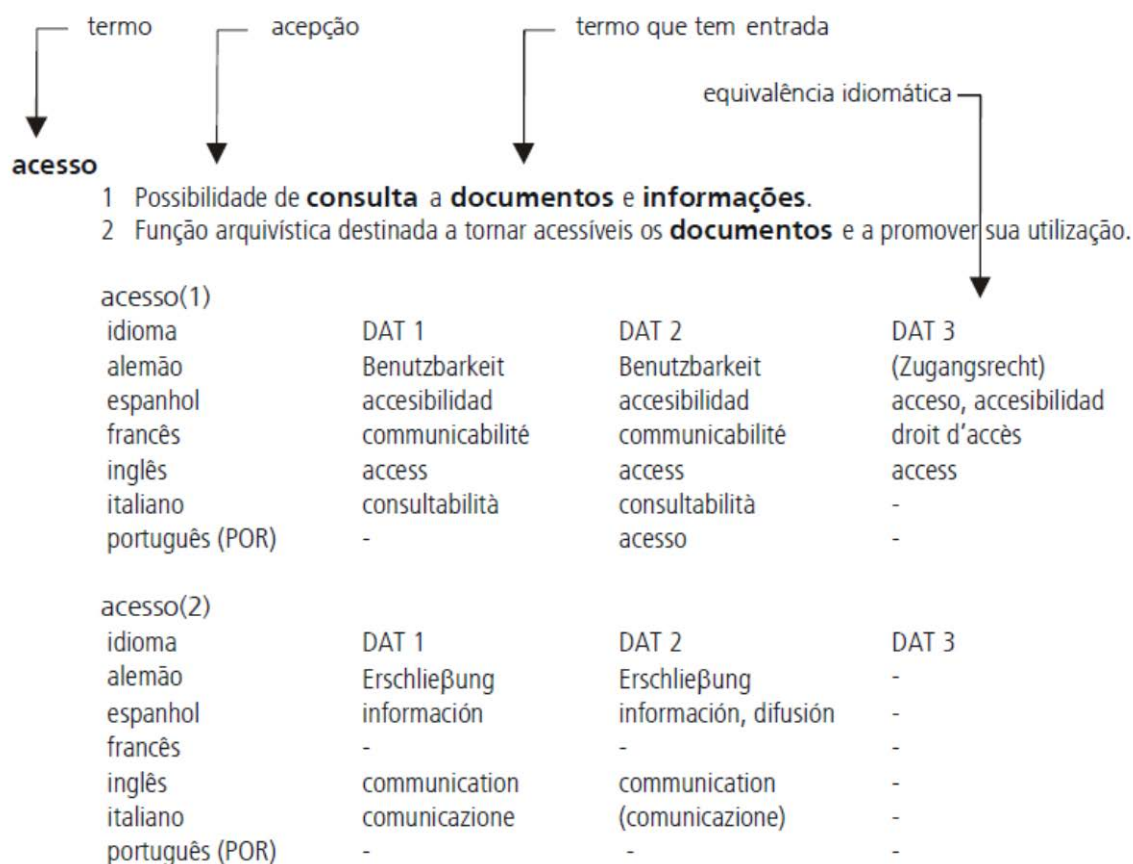


Figura 1: Modelo de Verbetes do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

4. SUBSÍDIOS PARA REALIZAÇÃO DA ANÁLISE

4.1. Controle Vocabular e Vocabulário Controlado

O Vocabulário Controlado é um instrumento importante para a recuperação de informação já que é um meio interlocutor entre a linguagem natural (público) e a linguagem controlada (especializada). Sua principal função é aperfeiçoar os processos de transferência de informação entre os usuários e especialistas. Através do Vocabulário Controlado (instrumento documentário) ou do Controle Vocabular (processo documentário) é possível assegurar a univocidade terminológica na designação dos procedimentos e atividades, órgãos, e tipos documentais dentro da Arquivologia. Entre os tipos de Vocabulário Controlado estão os Planos de Classificação, os Tesouros e, também, os Dicionários.

Ainda sim, o estudo do Vocabulário Controlado é escasso na Arquivologia. Isso ocorre porque tal recurso é recente na área e porque há falta de divulgação das experiências existentes, dificultando, assim, o estabelecimento de métodos de aplicação para esse recurso. Outro problema são as divergências terminológicas sobre o uso e aplicação de determinado termo. Nesse sentido a Linguística vem como ciência auxiliar a fim de subsidiar o controle vocabular dos termos e propor a organização e sistematização do vocabulário controlado em arquivos.

Um trabalho de grande relevância para o estudo do vocabulário é “Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos” do Projeto Como Fazer, publicado pelo Arquivo do Estado de São Paulo e de autoria de Johanna Wilhemina Smit e Nair Yumiko Kobaschi. Para elas “o controle vocabular intervém na organização dos arquivos ao nomear, de forma consistente, os pontos de acesso aos documentos e as informações neles contidas”

Ainda consoante as autoras, o controle vocabular objetiva a recuperação da informação e somente tal objetivo justifica o cuidados com controle de vocabulário. Destacam, também, a fundamental diferença entre controle vocabular e vocabulário controlado. O Controle de Vocabulário é um processo, um objetivo

que se deseja atingir, enquanto o Vocabulário Controlado é um instrumento para nomear as atividades gerando confiança no sistema. “O controle de vocabulário é um recurso para organizar e recuperar documentos – e informações – com consistência, gerando, conseqüentemente, confiança no sistema.”

Não obstante, são muitas as variáveis que intervêm na construção de um vocabulário controlado para arquivos e todas elas evocam para questões de linguagem e sua adequação. Em uma construção micro do vocabulário controlado, as autoras propõem normalização gramatical, opções de grafia, alterações nos nomes das pessoas ou topônimos, controle de sinonímia, homonímia e quase sinonímia, adoção de termos compostos e introdução de notas de escopo e notas de uso.

A especialista em Arquivos, Jéssica Camara Siqueira, contribui para esse estudo ao disponibilizar seus relatos de pesquisa sobre Vocabulário Controlado no Sistema de Arquivos da USP – SAUSP. Em seu artigo “Recursos Lingüísticos para Análise de Vocabulário Controlado: O caso da SAUSP”, a Mestre em Ciências da Informação pela Universidade de São Paulo se vale da Semântica Formal para analisar situações de divergências terminológicas bem específicas. A autora elege as relações semânticas de sinonímia, polissemia, homonímia, hiponímia e hiperonímia para abordar problemas de significação no vocabulário controlado da SAUSP de forma micro, ou seja, analisando termos arquivísticos inseridos no Plano de Classificação, índice alfabético e glossário da instituição.

Elegeu-se também o viés semântico para amparar este trabalho. As relações semânticas, gráficas e fonéticas existentes na Língua Portuguesa entre as unidades lexicais serão abordadas, pois, no sentido de subsidiar a análise comparativa que se pretende realizar.

4.2. A Semântica

A Semântica é um ramo da Linguística que se ocupa das significações do léxico e que tem como tarefa classificar os significados presentes na língua. É ela que dirá que determinada palavra é ambígua se tomada isoladamente, mas que,

se inserida num contexto lingüístico verdadeiro, possivelmente seu significado ficará claro. Consoante Cagliari *“A Linguagem é constituída da soma de sons e significados. A Semântica é a parte da Linguística que se interessa pela natureza, função e uso desses significados.”* CAGLIARI, 1997.

É possível estudar a semântica a partir de três modos, dependendo da concepção de significado que se tenha: **Semântica Formal**, **Semântica da Enunciação ou Argumentativa** e a **Semântica Cognitiva**. As três áreas estudam o mesmo fenômeno, mas com enfoques distintos.

A Semântica Formal destaca que o significado é composto pelo sentido e referência. Ela considera como propriedade central, o fato de que a língua é utilizada para referenciar objetos, pessoas, eventos externos à língua, assim a referencialidade é um dos seus principais pilares. Na Semântica Formal, o significado é entendido como uma relação entre a linguagem, de um lado, e de outro aquilo sobre o que a linguagem referencia. Ela trabalha com o raciocínio dedutivo das sentenças. Por exemplo:

- 1) Todo homem é mortal.
- 2) João é homem.
- 3) Logo, João é mortal.

De acordo com as duas primeiras sentenças, foi possível deduzir a terceira como verdadeira. São relações lógicas e formais que descrevem relações de sentido. A Semântica Formal é um instrumento racional para descrever a realidade e foi eleita como base para esta pesquisa.

A Semântica da Enunciação investiga a natureza do diálogo e suas possibilidades de ocorrência, ela entende a linguagem como um jogo discursivo e diferentemente da Semântica Formal substitui o conceito de pressuposição pelo de enunciador.

A Semântica Cognitiva surge junto com a Linguística Cognitiva de Noam Chomsky, assim, sendo-lhe atribuído o nome de Semântica Gerativa. Para

Semântica Cognitiva o significado emerge de dentro para fora, ou seja, ele é motivado pela interação com o meio.

Para compreender melhor a Semântica é importante definir o que é léxico, campo lexical e campo semântico: Léxico é o conjunto de palavras utilizado em uma língua; campo lexical é um conjunto de palavras que pertencem a uma mesma área do conhecimento; enquanto Campo Semântico é o conjunto dos significados que uma palavra pode apresentar dependendo do contexto na qual está inserida. Por exemplo, um mesmo termo tem ou pode ter vários sentidos, os quais vão variar conforme a situação em que está sendo empregado. Visto isso, é possível tratar das principais relações lexicais que se estabelecem entre as palavras: Polissemia, Antonímia e Sinonímia, Hiperonímia e Hiponímia, Homonímia e Paronímia.

4.2.1. Relações Lexicais Básicas

- a) Relações Semânticas: Hierarquia, Inclusão, Equivalência, Oposição.
- b) Relações Fonéticas e gráficas: Homonímia, Homofonia, Homografia e Paronímia.

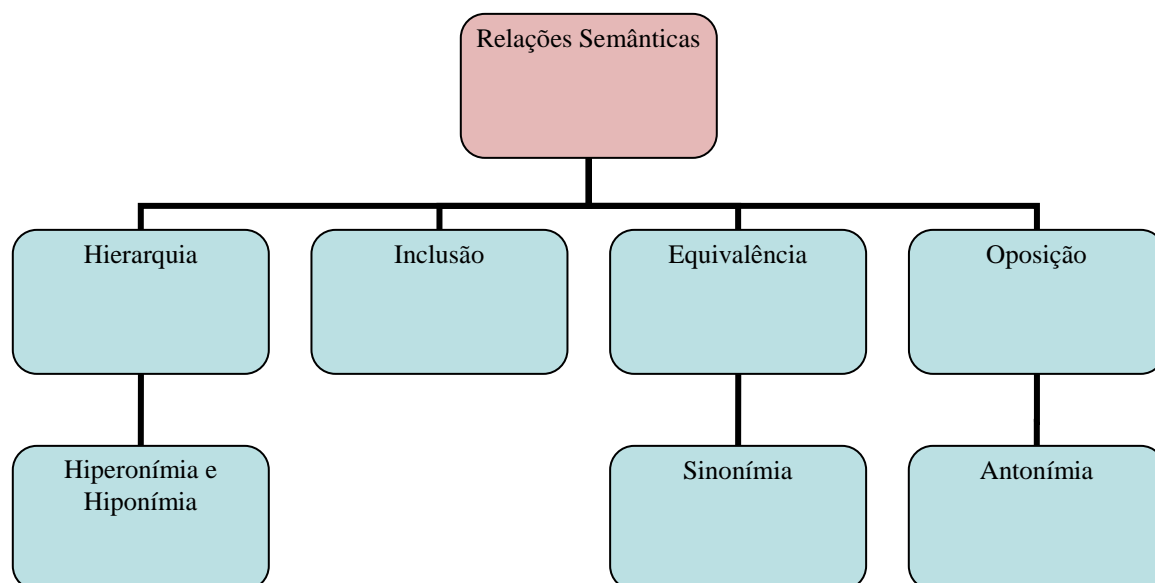


Figura 2: Relações Semânticas

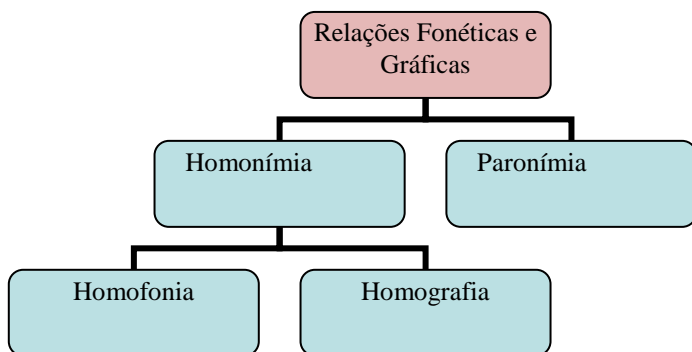


Figura 3: Relações Fonéticas e Gráficas

Hiperonímia e Hiponímia

A **Hiperonímia** e **Hiponímia** estabelecem relações de hierarquia. Enquanto a Hiperonímia ou hiperônimo parte do geral, ou seja, a unidade lexical em seu sentido amplo, a Hiponímia ou hipônimo é mais específico, toma a unidade lexical em seu sentido mais restrito. Dessa forma o hiperônimo sempre impõe suas propriedades ao hipônimo, estabelecendo, portanto, uma relação hierárquica entre eles. A Hiperonímia e a Hiponímia são recursos muito utilizados para retomar expressões ou termos antecedentes, como, por exemplo: “A *aeronave* teve que retornar a pista. O *aparelho* (*aeronave*) estava com defeito.”⁵. Nesse exemplo é evidente que “aeronave” é um hipônimo do hiperônimo “aparelho”.

Antonímia e Sinonímia

A **Antonímia** é a relação semântica entre as unidades lexicais que apresentam significados diferentes, enquanto a **Sinonímia** é a relação semântica entre as unidades lexicais que apresentam significados iguais ou semelhantes. Alguns exemplos de Sinonímia: casa, moradia, residência. A Sinonímia também é freqüentemente empregada para evitar a repetição de palavras durante a construção de um texto. **Parassinônimos** ou **Quase Sinonímia** trata de palavras com significados muito próximos, porém diferenciadas operacionalmente. Conforme o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa: “Sinônimo: [Do gr. *synónymon*, pelo lat. tard. *synonymon*.] Adjetivo. 1. E. Ling. Diz-se de palavra ou

⁵ KOCH, Ingedore G. Villaça. Léxico e progressão referencial. **Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela**, v. 1, p. 263-276, 2005.

locução que tem a mesma ou quase a mesma significação que outra.” Tal definição demonstra que a unidade lexical <sinônimo> contempla expressões que tem a mesma **ou quase a mesma significação**, adentrando na questão dos **parassinônimos**.

Homonímia e Paronímia

A **Paronímia** é a relação semântica que se estabelece entre unidades lexicais semelhantes na pronúncia e na grafia, porém com significados distintos. Conforme o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa: “1. Diz-se das palavras que têm som semelhante ao de outras; paronímico: *descrição e discrição; onicolor e unicolor; vultoso e vultuoso*. ~ V. *charada* —a.”

A **Homonímia** é a relação semântica que se estabelece entre as unidades lexicais que possuem a estrutura fonológica igual, porém com significados distintos. A homonímia divide-se ainda em:

Homógrafas: Unidades lexicais com a mesma grafia, porém com pronúncia diferente como é o exemplo de gosto (substantivo) e gosto (verbo flexionado na 1ª pessoa do singular).

Homófonas: Unidades lexicais com a mesma pronúncia, porém com grafia distinta como, por exemplo, cela (substantivo) e sela (verbo).

Homônimos Perfeitos: Unidades lexicais com a pronúncia e grafias iguais, porém com significados distintos.

Polissemia (e Homonímia)

A polissemia é a propriedade que atribui significados distintos a uma mesma unidade lexical. A diferença entre Homonímia e Polissemia está basicamente no fato de que as unidades lexicais polissêmicas têm a mesma origem etimológica. Nos dicionários, por exemplo, palavras polissêmicas apresentam as suas várias possibilidades de significação em um único verbete como é o exemplo de “rosa”, termo extraído do Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa:

Rosa

[Do lat. *rosa*.]**Substantivo feminino.**

1. Bot. A flor da roseira, cuja corola dobrada, *i.e.*, com muitas pétalas formadas à custa da transformação dos estames, tem colorido variado (branco, amarelo, inúmeras tonalidades de vermelho, especialmente o muito claro), aspecto belo e delicado, e aroma agradável.
2. Bot. A flor das rosáceas.
3. A parte rosada das faces.
4. Mulher muito bonita.
5. Peça de latão usada pelos encadernadores para dourar os livros.
6. Rosácea¹ (1).
7. Geom. Rosácea¹ (4).
8. Mús. Boca circular e ornamentada no tampo dos instrumentos de cordas dedilháveis da família do alaúde, e que também se encontra nos cravos, clavicórdios, e nas espinetas dos sécs. XV e XVI; rosácea, roseta.
9. Bras. MG Chulo O ânus.

Substantivo masculino.

10. V. *cor-de-rosa* (3).

Adjetivo de dois gêneros e de dois números.

11. Que é cor-de-rosa; róseo:
Trazia vestido e sapatos rosa.
12. Diz-se da cor-de-rosa:
lã de cor rosa. ~ V. rosas.

Já os homônimos, no entanto, apresentam mais de um verbete como é possível observar no exemplo abaixo extraído do Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, no qual o termo “manga” apresenta quatro entradas:

Manga¹[Do lat. *manica*, ‘manga de túnica’.]**Substantivo feminino.**

1. Parte do vestuário onde se enfia o braço.
2. Filtro afunilado, para líquidos.
3. Qualquer peça de forma tubular que reveste ou protege outra peça:
a manga do candeeiro.
4. V. tromba-d’água (1).
5. V. mangueira¹.
6. Parte do eixo dum veículo que se encontra dentro da caixa de graxa e recebe todo o peso do carro.

Manga balão. Vest. Manga¹ (1) semelhante à manga bufante, porém mais arredondada.

Manga bufante. Vest. Manga¹ (1) curta, fofa no alto do ombro e ajustada no braço.

Manga japonesa. Vest. Manga¹ (1) reta a partir da cava, na qual a abertura do punho equivale à altura entre o ombro e a cintura.

Manga perdida. Vest. Manga bem larga e comprida, e sem punho.

Arregaçar as mangas. Dispor-se a trabalhar a sério, a agir sem tréguas.

Em mangas de camisa. Sem casaco, jaqueta ou veste semelhante:

“Andava sempre em mangas de camisa e de calças arregaçadas” (Afonso Arinos, Pelo Sertão, p. 69). [Cf. em camisa.]

Pôr as mangas de fora. Bras. Fam. V. botar as manguinhas de fora.

Ser manga de colete. P. us. Ser muito raro, muito escasso:

É um paspalhão: inteligência, ali, é manga de colete.

Manga2

[Do lat. *manica < lat. manus, ‘exército’, ‘hoste’.]

Substantivo feminino.

1. Hoste de tropas.
2. Grupo, ajuntamento, bando, turma.
3. Guin. Grande quantidade:

“está com manga de problemas em cima da cabeça dele” (Abdulai Sila, A Última Tragédia, p. 86).

Manga3

[Do malaiala manga⁻.]

Substantivo feminino.

1. O fruto da mangueira².
2. Bot. Mangueira².

Manga4

[Do esp. plat. manga.]

Substantivo feminino.

1. Bras. AM Parede de cerca que vai da beira até as asas dos currais de peixe, perpendicularmente ao rio.
2. Bras. MA Espécie de corredor com paredes de varas, que conduz a um rio ou igarapé e serve para guiar os bois que vão ser embarcados.
3. Bras. CE à BA MG a GO Pastagem cercada onde se guarda o gado.
4. Bras. BA Na rede de pescar denominada calão, a parte que fica nas extremidades, onde se puxam as cordas.
5. Bras. RS Cercas divergentes, a partir da porta do curral, que servem para

facilitar a entrada, nele, do gado.

6. Bras. RS Linha formada por pessoas a pé ou a cavalo para obrigar o animal a passar por determinado ponto, ou fazê-lo entrar para a mangueira³.

5. ANÁLISE COMPARATIVA DOS TERMOS SELECIONADOS

5.1 *Termos Seleccionados*

Foram seleccionados nove termos de uso corrente na Arquivologia. Dentre os seleccionados, foram contemplados termos das áreas de Gestão Documental e também da área de Reprografia e Microfilmagem. A forma de seleção ocorreu da seguinte maneira: 1- Estudo dos Dicionários de Arquivologia em Língua Portuguesa. 2- Seleção dos termos que apresentavam divergências terminológicas nos verbetes dos dicionários. 3- Seleção de termos que apresentam divergências conceituais entre si.

Os termos seleccionados foram: Dossiê; Processo; Procedência; Anexo; Apenso; Matriz; Reprodução; Duplicação.

Não é incomum em uma determinada instituição durante a fase corrente dos documentos confundirem a definição atribuída a um dossiê com a definição atribuída a um processo. Resultado disso é uma denominação errônea que prejudica tanto o trabalho do profissional de Arquivologia, como o trabalho de pesquisa do usuário.

Outro exemplo clássico e bem corrente é a confusão freqüente dos termos anexo e apenso. Com isso, presume-se que as dúvidas sobre determinados termos vem aos pares, ou seja, toma-se por verdade a definição de um termo com base em uma informação obtida de uma fonte não confiável ou mesmo por uma tradição da própria instituição de utilizar determinado termo para designar um procedimento sem ter certeza se existe, de fato, uma relação entre eles (termo utilizado e procedimento adotado).

Os termos já foram escolhidos no intuito de elucidar as divergências terminológicas que ocorrem não apenas entre os dicionários, mas também os problemas de significação entre os próprios termos. Para isso é importante compreender como os dicionários definem determinados termos (APENDICE A) e quais os problemas de significação entre eles. (APENDICE-B).

5.2 A Análise dos Termos

A partir da análise dos termos selecionados foi possível perceber que não há uma diferença conceitual significativa entre os termos apresentados por um dicionário e os termos apresentados por outro. O que há é uma evolução dos termos desde a primeira publicação em 1989 por Rolf Nagel até a última em 2005 pelo CONARQ. Todos os estudos terminológicos para elaboração do último dicionário, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, levaram em consideração os estudos que o antecederam. No primeiro quadro de termos é possível observar com clareza que aos termos foi-se acrescentando ou suprimindo informações conforme a realidade arquivística brasileira e aos aspectos temporais. Um exemplo claro é que nos primeiros dicionários (1989, 1990 e 1996) não existem referências sobre o termo “duplicação”, mostrando, assim, que a terminologia foi evoluindo junto com a Arquivologia, ou seja, conforme foram sendo empregados novos procedimentos, novos termos foram sendo adotados e incorporados à terminologia arquivística.

São poucos os termos que realmente possuem divergências terminológicas entre os dicionários. Como é o caso do termo “Matriz”. Na definição do termo “matriz” não está claro se o documento é, ou não, um documento original. No dicionário de 1986, editado por Nagel, o termo designa um documento original, já nos outros dois dicionários seguintes – o dicionário de 1990 e o dicionário de 1996 – consta que a matriz pode, ou não, ser original e, por último, no dicionário publicado em 2005, não há referência sobre esse aspecto do documento, deixando o pesquisador/arquivista, no mínimo, confuso.

Outro termo isolado que merece análise, é o termo <procedência>. Além de estabelecer uma relação de Paronímia (grafias semelhantes e significados distintos) com o termo <proveniência>, não é contemplado nas duas versões intermediárias dos dicionários de terminologia arquivística estudados por este trabalho. No primeiro dicionário, publicado em 1989, há também uma evidente confusão na definição do termo ao expressar o seguinte conceito: “Instituição, administração, estabelecimento, organismo ou pessoa privada que criou, acumulou e conservou documentos de arquivo durante a realização de seus

negócios antes de sua transferência a um centro de pré-arquivo ou a um arquivo”. Ao analisar tal definição, é possível perceber o errôneo atrelamento do termo <procedência> com a entidade produtora. Talvez essa primeira definição seja um dos motivos para tantas confusões terminológicas em cima do termo em análise.

Como já foi citado, nos dicionários de 1990 e 1996 o termo <procedência> não é contemplado. Já no DBTA, publicado em 2005, o termo <procedência> é corretamente definido como “termo em geral empregado para designar a origem mais imediata do arquivo (1), quando se trata de entrada de documentos efetuada por entidade diversa daquela que o gerou. Conceito distinto do de proveniência.” Logo é possível observar que houve um controle vocabular por parte do DBTA ao apresentar uma grande preocupação em distinguir os dois termos <procedência> e <proveniência> (“conceito distinto de proveniência), também em função de suas relações sinonímicas.

Mas essa análise demonstra também que os problemas de significação vão além das divergências terminológicas apresentadas nos verbetes dos dicionários arquivísticos em língua portuguesa. O que ocorre é que a Arquivologia adota procedimentos muito semelhantes e que se distinguem por um ou outro fator de suma importância muitas vezes encarado como mero detalhe como são os casos de anexo e apenso, processo e dossiê, duplicação e reprodução.

Esses termos elucidam os problemas de significação mais comuns na Arquivologia. Eles se apresentam aos pares, pois tem significados muito semelhantes. São exemplos claros das relações semânticas de quase – sinonímia e homonímia. É importante vê-los caso a caso a fim de identificar a relação semântica que está por trás do fenômeno e origina o problema de significação.

5.2.1 Reprodução e Duplicação

Ainda que no DBTA a diferença entre esses dois termos não esteja bem clara, ela existe e pode ser confirmada a partir de outras obras e publicações.

[...] há dois processos reprográficos que se distinguem essencialmente pelo maior ou menor número de cópias necessárias. Em caso de ser

necessário um grande número de cópias, é aconselhável usar o processo de DUPLICAÇÃO; se for necessário apenas uma ou poucas cópias, devem ser usados processos de REPRODUÇÃO. (Seminário Brasileiro de Reprografia, 1., São Paulo, 1982, p. 143)

Consoante o DBTA, Duplicação é “a técnica de produção de cópias de documentos a partir de uma matriz”. De acordo com Carminda Nogueira nos Anais do 1º Seminário Brasileiro de Reprografia, a **Duplicação** “serve para obter um grande número de cópias com maior rapidez, a um menor custo, muito embora a confecção da matriz seja mais cara”. Os mimeógrafos são, por exemplo, duplicadores de documentos que utilizam uma matriz de carbono. Esse é um exemplo de duas definições distintas para um mesmo termo, pois o DBTA omite a questão do número de cópias ou não considera este fator relevante para o usuário.

Reprodução, conforme o DBTA é “o processo de produção de cópia de um documento no conteúdo e na forma, mas não necessariamente em suas dimensões”. De acordo com os Carminda Nogueira, a “reprodução serve para obter um pequeno número de cópias a partir de um documento original”. Novamente é possível verificar a omissão de aspectos fundamentais para diferenciação entre esses dois procedimentos.

A diferença entre esses dois termos está no processo que cada um utiliza para obtenção de cópias, pois, enquanto a duplicação se vale de uma matriz para confecção de cópias, a reprodução não. A matriz é o que permite a confecção de um maior número de cópias, logo é a utilização (ou não) dela que diferencia qual processo de produção de cópias será utilizado: Reprodução ou Duplicação.

Existem dois problemas de significação que podem ser abordados. Primeiramente, a problema de significação que se origina da relação sinonímica entre os termos, uma vez que o termo <reprodução> é conceituado pelo DBTA com “processo de produção de cópia” e o termo <duplicação> como “técnica de produção de cópia”. A diferença na significação desses termos é mínima, uma vez que ambos tratam da produção de cópias.

Existe uma confusão evidente na utilização desses dois termos pelos usuários de arquivo e mesmo entre os próprios arquivistas a distinção também

não está bem clara como é possível observar nos verbetes do DBTA e na ausência de verbetes referentes ao termo <duplicação> nos outros dicionários.

Também é possível observar uma relação hierárquica entre os termos <reprografia>, <reprodução> e <duplicação>, ainda que o termo <reprografia> em seu verbete no DBTA não deixe claro que os processos ou técnicas de reprodução e duplicação são operações distintas.

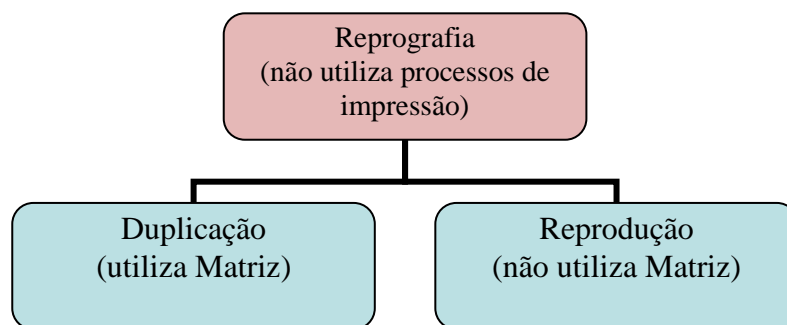


FIGURA 4 - DUPLICAÇÃO E REPRODUÇÃO

Na verdade, a definição de <reprografia> é bastante confusa a olhos leigos. Consoante o DBTA o termo expressa o “conjunto dos processos e técnicas de duplicação e reprodução de documentos que não recorrem à impressão tais como fotocópia, processo eletrostático, termografia e microfilmagem”.

Para compreender, é necessário, pois, a pesquisa do termo <impressão> que, também conforme o dicionário refere-se à “fixação da informação por meio de gravação ou reprodução, mediante pressão sobre suporte apropriado.”

Sobre as relações hierárquicas entre os termos conclui-se que o termo <impressão> e o termo <reprodução> referem-se a processos de obtenção de cópias, sendo que cada um utiliza um método específico. O termo <impressão>, no entanto, contempla também o termo <reprodução> (“por meio de gravação ou reprodução”). Já o termo <reprodução> exclui os métodos de impressão (“métodos que não recorrem à impressão”). Resultando, portanto, na relação hierárquica ilustrada abaixo.

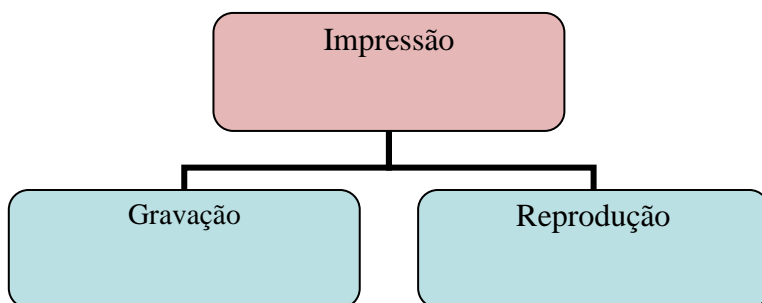


Figura 5 - IMPRESSÃO / GRAVAÇÃO / REPRODUÇÃO

Ainda sobre os problemas de significação, cabe salientar que os termos <reprodução> e <reprografia>, possuem uma relação de Paronímia, ou seja, semelhantes na grafia, porém com significações distintas. Dessa relação gráfica possivelmente se originam também confusões terminológicas.

5.2.2 Processo e Dossiê

As quatro definições do termo <processo> apresentadas conceituam processo enquanto “conjunto de documentos oficialmente reunidos”. O problema semântico deriva das relações sinonímicas entre os termos <processo> e <dossiê>. Conforme o DBTA, o termo <dossiê> conceitua um “conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento. Ver também processo.”

Ambos constituem uma unidade de arquivamento, logo seria mais evidente se fosse acrescentada a palavra “artificialmente” ao verbete do termo <dossiê>. Para um profissional é evidente que se foram reunidos por assunto, foram reunidos artificialmente, logo se distingue, e muito, de <processo>, mas para os usuários, não. No dicionário publicado em 1990, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa, as definições estão mais claras e evidenciam melhor a distinção entre eles:

Processo: conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial. Dossiê: conjunto de documentos reunidos artificialmente por assunto para fins de informação ou pesquisa. DBTA, 1990

O problema de significação que aí reside vai além de uma relação sinonímica, mas está atrelada também a uma relação de hiperonímia, visto que ambos estão subordinados hierarquicamente ao termo <unidade de arquivamento>. Consoante o DBTA, <unidade de arquivamento> é: “documento(s) tomado(s) por base, para fins de classificação (1), arranjo, e armazenamento (1) e notação. Ver também dossiê e dossiê processo.” Trata-se, pois, de uma relação de hierarquia entre os termos e esta relação é uma provável causa do problema de significação que comumente ocorre. Existe um controle vocabular por parte do DBTA, ao valer-se das remissivas para indicar os termos associados.

Relembrando que tal fenômeno – Hiperonímia - consiste em um termo que dá uma ideia de um todo e deste todo se originam ramificações. Assim ocorre com os termos em análise.

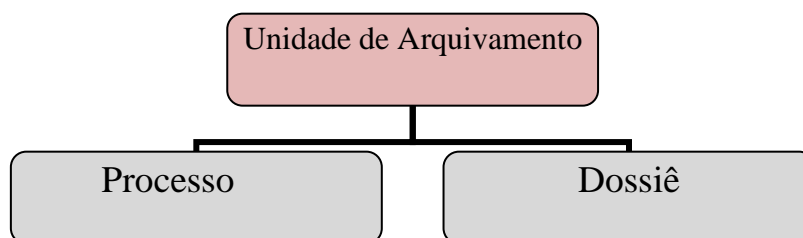


Figura 6 - PROCESSO E DOSSIÊ

É importante lembrar que os usuários em geral tendem a procurar primeiramente os dicionários não especializados que estão ao alcance do público e de maior conhecimento. Dito isso, cabe destacar que, consoante o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, os termos <processo> e <dossiê> não apresentam distinções claras, podendo tomar o significado de um pelo o outro sem compreender suas características e particularidades.

5.2.3 Anexo e Apenso

Inicialmente, cabe lembrar que o termo <anexo> é polissêmico, ou seja, apresenta mais de um significado, podendo ser empregado tanto para designar uma sede fora do Arquivo, tanto para designar um “documento ou processo juntado, em caráter definitivo, a outro documento ou processo (...)”. Não parece, porém, que esse seja um motivo para confusões terminológicas, visto que está bem claro no DBTA.

Outro fator importante e, que pode ter influenciado nas confusões terminológicas é o fato de que os termos <anexo> e <apenso> estão com as definições invertidas no dicionário de 1986. O termo <está> descrito como “matéria suplementar, relacionado ao texto, ao documento, mas que não constitui a parte essencial da obra acrescenta ao fim de lá. (...)”, enquanto o termo <apenso> é tido como “documento reunido ao processo não fazendo, entretanto parte integrante dos autos. Ver: Anexo”. Vê-se, pois, que as confusões em torno dos termos em análise já são antigas. No DBTA (2005), os verbetes já estão corretamente conceituados.

Os termos <anexo> e <apenso> possuem significados muito semelhantes, o que já indica uma relação sinonímica, se diferenciando tão somente pelo fato de que o termo <apenso> designa “documento ou processo juntado ao processo, sem, contudo, passar a integrá-lo”, logo não se tratando de uma juntada em caráter definitivo, o que diferencia do termo <anexo>.

O problema de significação entre esses termos também parece ser outro caso de hiperonímia. Ambos os termos (anexo e apenso) estão subordinados hierarquicamente ao termo <juntada>. Conforme o DBTA, <juntada> é “apensação ou anexação de um processo a outro. 2 Junção de documentos a um processo.”

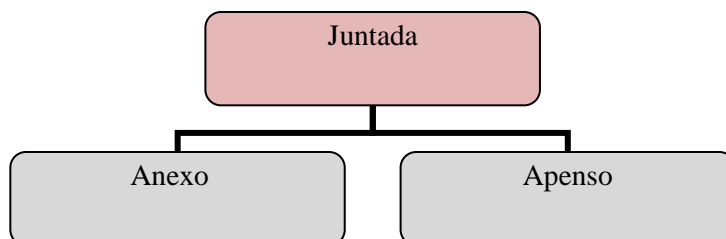


Figura 7: ANEXO E APENSO

Levando em consideração as diferenças entre os dicionários gerais e os dicionários especializados, é possível observar ainda uma clara distinção entre as definições apresentadas por um e outro, como é o caso das definições apresentadas para os termos <apenso> e <anexo> pelo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa. Cabe ressaltar o fato de que para o Dicionário, os termos <apenso> e <anexo> são sinônimos como é possível visualizar no verbete atribuído para o termo <apenso>: “Conforme o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa o termo <apenso> designa “[**Do lat. appensu.**] **Adjetivo. 1. Junto, anexo. Substantivo masculino. 2. Aquilo que se apensa; acréscimo, anexo.**”.

Essas informações genéricas obtidas através de dicionários não especializados são outro fator ao qual podemos atribuir problemas de significação entre os termos.

5.4 Conclusões sobre a Análise dos Termos

A partir da análise realizada foi possível observar que das relações semânticas apresentadas como subsídios para análise, as que de fato envolvem os termos selecionados são as relações de Quase-Sinonímia e Hiperonímia e Paronímia. Essas relações foram observadas nas relações entre os termos <duplicação> e <reprodução>; <processo> e <dossiê>; <anexo> e <apenso>. Retomando, as relações de Quase-Sinonímia e Hiperonímia foram encontradas durante a análise dos três pares de termos. Ambas as relações podem justificar problemas de significação durante a utilização dos mesmos. A relação semântica de Paronímia foi observada durante a análise dos termos <reprografia> e <reprodução> o que justifica também confusões de sentido durante o emprego de um ou outro.

Foi possível observar ainda relações polissêmicas, mas que não necessariamente originam problemas de significação entre os termos. O termo <arquivo> foi apresentado como exemplo de Polissemia e, como bem visto, existe um controle vocabular eficaz por parte do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), que permite distinguir os empregos do termo em um ou outro

contexto conforme necessário. O mesmo ocorre com o termo <anexo> que no decorrer de sua análise, foi constatada também uma situação polissêmica.

Das relações entre os termos e as diferentes significações apresentadas pelos Dicionários de Terminologia Arquivística em Língua Portuguesa, constatou-se apenas três casos de divergências terminológicas. Os termos <duplicação>, <matriz> e <procedência>. Retomando tais questões: O termo <duplicação> não consta nos três primeiros dicionários, sendo contemplado somente pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado em 2005; Quanto ao termo <matriz> não é possível definir com exatidão se se trata de um documento original ou não, visto que os três primeiros dicionários divergem e o último – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005- não se manifesta acerca desse ponto em específico; No que tange ao termo <procedência>, esse apresenta uma definição equivocada no primeiro dicionário publicado em 1986 - **Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira**, - mas que foi posteriormente retificada pelo DBTA, 2005. Pode-se dizer, ainda, que existe uma clara relação de Paronímia entre os termos <procedência> e <proveniência>, podendo resultar também em um problema de significação.

Outra questão importante observada durante a realização deste trabalho são as diferenças entre os verbetes dos dicionários especializados e dos dicionários gerais. Uma vez que os dicionários gerais não se atentam para características específicas de certos termos, como é o caso dos termos <anexo> e <apenso> e <processo> e <dossiê>, acabam por prejudicar seu real entendimento e seu emprego correto.

Assim sendo, pode-se concluir sobre esta análise que existem divergências terminológicas tanto entre os termos e as suas definições, como entre as definições dos termos apresentadas pelos Dicionários de Terminologia Arquivística em Língua Portuguesa, ou seja, definições distintas dos termos conforme o dicionário analisado. Tais divergências são por óbvio motivo de problemas de significação, que consistem em dificuldades por parte dos profissionais ou usuários de arquivo em compreender com exatidão conceitos

atribuídos a determinadas palavras. No Apêndice C, gráfico de frequência dos termos para ilustrar com que frequência as relações semânticas aparecem na amostragem coletada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste trabalho é possível concluir que, de fato, existem relações semânticas que envolvem os termos arquivísticos em língua portuguesa e que, com base nestas relações, é possível inferir possíveis problemas de significação e ainda, futuramente, propor soluções, tais como controle vocabular. Dos oito termos selecionados para compor o quadro comparativo, já se tinha um conhecimento prévio de que todos possuíam algum problema de significação, fossem divergências terminológicas entre os verbetes dos Dicionários de Terminologia Arquivística em Língua Portuguesa, fossem problemas de significação entre os próprios termos de um mesmo dicionário.

Foi comprovado que, de fato, as relações semânticas são capazes de explicar (ou justificar) o uso indevido de certos termos arquivísticos. Foi comprovado ainda que as relações semânticas, fonéticas e gráficas ocorrem com uma frequência relativamente grande se levado em consideração o número pequeno de termos coletado como amostragem. Dentre as relações semânticas mais frequentes, concluiu-se que as relações sinonímicas entre os termos estão no topo.

Outros trabalhos já foram realizados sobre o assunto em pauta, conforme se pode observar no capítulo 3 – Subsídios para Análise -, página 18, o qual trata dos estudos sobre controle vocabular e cita como referência pesquisas anteriores a essa e que serviram de base para realização desta obra, uma vez que versam sobre o assunto e levantam questões semelhantes, tais como de que forma as relações semânticas afetam a significação dos termos, ou mesmo como o conhecimento delas pode contribuir para um controle vocabular mais eficiente.

A partir deste trabalho foi possível também compreender os estudos sobre Terminologia e sobre Semântica, mas principalmente como ambas as disciplinas afetam a Arquivologia e servem como aparato teórico para construção de uma terminologia arquivística consistente e realmente funcional.

7. REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: *contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa***. São Paulo: 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: 1996.

BARROS, Lídia Almeida. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 58, n. 2, Junho de 2006 . Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

BICALHO, Lucinéia; OLIVEIRA, Marlene de. A teoria e a prática da interdisciplinaridade em Ciência da Informação. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, Sept. 2011.

BELLOTTO, H.. **A Terminologia das Áreas do Saber e do Fazer: O caso da arquivística**. Revista Acervo, Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/137/109>>. Acesso em: 05 Dez. 2014.

BOULANGER, Jean-Claude. Alguns componentes lingüísticos no ensino da terminologia. **Ciência da informação**, v. 24, n. 3, 1995.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione Ltda, 1997.

CARMINDA, Nogueira de Castro Ferreira. MARIA DE FÁTIMA, De Castro Ferreira Zanin de Freitas. **Reprografia: “Que Bicho é esse?”** Seminário Brasileiro de Reprografia, 1., São Paulo, 1982. Anais do 1º Seminário Brasileiro de Reprografia

DIAS, Carlos Augusto. **Terminologia: Conceitos e Aplicações**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000.

DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. Acervo. **Arquivo Nacional, Rio de Janeiro**, v. 20, n. 1-2, p. 13-22, 2007.

DELMAS, Bruno. **Arquivos servem para quê?** In: Arquivos para quê: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FAULSTICH, Enilde. Variantes terminológicas: princípios lingüísticos de análise e método de recolha. **ACTES Réflexions méthodologiques sur le travail en terminologie et en terminotique dans les langues latines**. Realiter/Université de Nice Sophia-Antipolis, Nice, p. 15-20, 1996.

FERREIRA, AB de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Editora Positivo, 2004.

FOX, M.. Por que Precisamos de Normas. **Revista Acervo**, Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/127/104>>. Acesso em: 05 de março de 2014.

KOBASHI, N. Y. *et al.* **A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação**. *Datagramazero*, v. 2, n. 2, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Léxico e progressão referencial. **Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela**, v. 1, p. 263-276, 2005.

LAAN, Regina Helena van der. Tesouro e terminologia: uma inter-relação lógica. 2002.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, ano XXII, nº 37, mar/1999, p.7-32.

NAGEL, Rolf. Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. Centro de Educação, Ciência e Documentação. Dicionário de Termos Arquivísticos. **Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira**. Salvador: UFBA, 2.ed. 1991.

PAES, Marilena Leite. **Introdução ao estudo dos arquivos** (origem, conceito, finalidade, função, classificação). In: _____. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. p. 19 – 23

PEDROSA, F. et al. **Dar a palavra à ciência: diálogos entre linguística e linguagens de especialidades a propósito de um dicionário terminológico**. In: *Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

RAIMUNDO, Eidele Maria. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM TERMINOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM O VOCABULÁRIO DA MODA**,

SUBDOMÍNIO TÊXTIL. Disponível em: <
<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Sistema/56966469.html> >. Acesso em 15
de julho de 2015.

RIO-TORTO, Graça. O Léxico: semântica e gramática das unidades lexicais.
2006.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário
controlado para aplicação em arquivos**. Arquivo do Estado, 2003.

SIQUEIRA, Jessica Camara. RECURSOS LINGUÍSTICOS PARA ANÁLISE DE
VOCABULÁRIO CONTROLADO: O caso do SAUSP. **Biblionline**, v. 7, n. 2, 2011.

ZAVAGLIA, Claudia. Ambigüidade gerada pela homonímia: revisitação teórica,
linhas limítrofes com a polissemia e proposta de critérios distintivos. **São Paulo:
DELTA**, 2003.

APÊNDICE A – QUADRO DE SIGNIFICAÇÃO DOS TERMOS

DICIONÁRIOS				
TERMOS	<i>Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para formação de uma terminologia arquivística brasileira Bahia, 1989.</i>	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo, 1990.</i>	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística, São Paulo, 1996.</i>	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Rio de Janeiro, 2005</i>
DOSSIÊ	Conjunto de documentos referentes à determinada pessoa, fato, acontecimento, produto, assunto, reunidos em uma pasta exclusiva para cada um.	Conjunto de documentos reunidos artificialmente por assunto para fins de informação ou pesquisa.	Unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica. Ver também: Processo.	Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento. Ver também processo.
PROCESSO	Termo que designa, na administração pública, o conjunto de documentos que vão sendo acrescidos com a finalidade de esclarecimento no decurso de uma ação administrativa ou judiciária. São reunidos	Conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial.	Unidade documental em que se reúnem oficialmente documentos de natureza diversa no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível.	Conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento. Ver também dossiê.

	numa capa na qual se registra o seu número oficial.			
PROCEDÊNCIA	Instituição, administração, estabelecimento, organismo ou pessoa privada que criou, acumulou e conservou documentos de arquivo durante a realização de seus negócios antes de sua transferência a um centro de pré-arquivo ou a um arquivo. Ver: Princípio de Respeito dos Núcleos Documentais.		Não consta.	Termo em geral empregado para designar a origem mais imediata do arquivo (1), quando se trata de entrada de documentos efetuada por entidade diversa daquela que o gerou. Conceito distinto do de proveniência.
ANEXO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parte de uma instituição arquivística localizada em um prédio fisicamente separado do edifício principal. 2. Matéria suplementar, relacionado ao texto, ao documento, mas que não constitui a parte essencial da obra acrescenta ao fim de lá. 	Documento reunido a outro por finalidade de conteúdo. Ver também: Apenso.	Documento reunido a outro por anexo. Ver também: Apenso.	<p>1 Documento ou processo juntado, em caráter definitivo, a outro documento ou processo, eventualmente de mesma procedência, por afinidade de conteúdo.</p> <p>2 Depósito(1) fora da sede do arquivo(2).</p>

	Compreende m notas do autor, citações, ilustrações, gráficos, tabelas ou mapas, correspondências, documentos e legislação de interesse.			
APENSO	Documento reunido ao processo não fazendo, entretanto parte integrante dos autos. Ver: Anexo	Documento reunido a um processo sem, contudo fazer parte dos autos. Ver também: Anexo	Documento reunido a um processo por apensamento. Ver também: Anexo.	Documento ou processo juntado a processo sem, contudo, passar a integrá-lo.
MATRIZ	Documento ou instrumento original servindo de base à criação de cópias.	Documento original, ou não, que serve para produção de cópias.	Documento original, ou não, que serve de base para a produção de cópias.	Documento que serve como base para produção de cópias.
REPRODUÇÃO	Cópia, fac-símile ou produção (de algum documento) similar ao original obtido por quaisquer processos de fotografia, impressão, gravura, gravação de som.	Cópia exata de um documento no conteúdo e no aspecto formal, mas não necessariamente em suas dimensões.	Cópia exata de um documento no conteúdo e no aspecto formal, mas não necessariamente em suas dimensões.	Processo de produção de cópia de um documento no conteúdo e na forma, mas não necessariamente em suas dimensões.
DUPLICAÇÃO	Não consta.	Não consta.	Não consta.	Técnica de produção de cópia de documentos a partir de uma matriz.

APENDICE B – PROBLEMAS DE SIGNIFICAÇÃO ENTRE OS TERMOS

DOSSIÊ	PROCESSO	Problemas de Significação
Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento. Unidade de arquivamento Ver também processo.	Conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento. Unidade de arquivamento Ver também dossiê.	Hiperonímia e Quase-Sinonímia
ANEXO	APENSO	
1. Documento ou Documento processo juntado, em caráter definitivo, a outro documento ou processo, eventualmente de mesma procedência, por afinidade de conteúdo. 2 . Depósito(1) Depósito(1) fora Depósito(1) da sede do arquivo(2) arquivo(2).	Documento ou processo juntado a um processo sem, contudo, passar a integrá-lo.	Hiperonímia e Quase-Sinonímia
PROCEDÊNCIA	PROVENIÊNCIA	
Termo em geral empregado para designar a origem mais imediata do arquivo(1) arquivo(1), arquivo(1) quando se trata de entrada de documentos efetuada por entidade diversa daquela que o gerou. Conceito distinto do de proveniência. Proveniência.	Termo que serve para indicar a entidade coletiva, entidade coletiva pessoa ou família produtora de arquivo(1) arquivo(1). arquivo(1) Ver também entidade produtora e entidade produtora princípio da proveniência.	Paronímia e Quase-Sinonímia
DUPLICAÇÃO	REPRODUÇÃO	
Técnica de produção de cópia de cópia documentos a documentos partir de uma matriz.	Processo de produção de cópia de um documento no documento conteúdo e na forma, mas não necessariamente em suas dimensões.	Hiperonímia, Paronímia, Quase-Sinonímia

APÊNDICE C - GRÁFICO DE FREQUÊNCIA DAS RELAÇÕES SEMÂNTICAS EM RELAÇÃO AOS TERMOS ARQUIVÍSTICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

